COMITÊS LOCAIS

A formação de uma rede de Comitês Locais é uma das estratégias do Comitê da Primeira Infância para articular e integrar ações, projetos e políticas públicas dirigidas à criança.

Os Comitês Locais reúnem no município representantes das áreas da saúde, educação, assistência social, cultura, do Ministério Público, do Poder Legislativo, organizações da sociedade, Conselhos e lideranças locais que direcionam sua ação para a garantia dos direitos da criança. A formação de Comitês Locais já foi iniciada em alguns municípios brasileiros e o objetivo é consolidar e ampliar este trabalho.

Comitê local: Comunidade e Poder Público firmam um compromisso para garantir a todas as crianças brasileiras um melhor desenvolvimento e uma vida feliz.

O futuro do País depende de como os cidadãos e os governos agem em relação às crianças. E, quando se fala em crianças, principalmente aquelas na primeira fase do desenvolvimento, fala-se em urgência, o presente inadiável para elas próprias, para a sociedade e para o País.

Entre em contato com o Comitê da Primeira Infância. Pode ser um importante passo para garantir às nossas crianças uma vida melhor.

Comitê da Primeira Infância

codipi@planalto.gov.br
(61) 411-4767/ 4753/ 4724
FAX (61) 226-1615

Esplanada dos Ministérios
Bloco A, 4º andar, Sala 431
CEP 70.054-900 – Brasília-DF

Comunidade Ativa

Governo do BRASIL

Fundação ORSA
Pastoral da Criança
Comunidade Solidária
UNICEF
UNESCO
Banco Mundial
Câmara dos Deputados
Ministério Público Federal
Ministério da Cultura
Ministério da Saúde
Ministério da Previdência e Assistência Social
Ministério da Educação
Ministério da Justiça

Comitê da Primeira Infância

COMITÊ DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Criado por decreto presidencial em 27 de dezembro de 2000, o Comitê da Primeira Infância é formado por entidades governamentais e não-governamentais e organismos internacionais.

OBJETIVO

Buscar estratégias que garantam o cumprimento de todos os direitos das crianças brasileiras de zero a seis anos de idade, a fim de permitir o seu melhor desenvolvimento.

INTEGRANTES

O Comitê reúne em um Fórum representantes dos Ministérios da Saúde, da Educação, da Previdência e Assistência Social, da Cultura, da Justiça, do Ministério Público Federal, da Secretaria-Executiva do Programa Comunidade Solidária, da Câmara dos Deputados, do Unicef, da Unesco, do Banco Mundial, da Pastoral da Criança e da Fundação Orsa.

O Comitê possui, ainda, uma Coordenação Executiva, situada em Brasília, que é responsável pela implementação das decisões do Fórum.

COMO TRABALHAMOS

O Comitê estimula, orienta e articula ações, programas e políticas públicas nos três níveis de governo, além de realizar um trabalho de sensibilização e mobilização do Poder Público e da sociedade civil, com o objetivo de criar e consolidar políticas e ações que tenham o desenvolvimento da primeira infância como prioridade absoluta. Três linhas estratégicas orientam a sua atuação.

LINHAS DE AÇÃO

1 • Articulação
Análise e integração de políticas públicas com foco na primeira infância.

2 • Intervenção
Elaboração de metodologias de intervenção em favor do desenvolvimento da primeira infância.

3 • Comunicação
Ações de informação, comunicação e mobilização social.

Dessa forma, o Comitê trabalha para a construção de um sistema de garantias, uma rede de pessoas e instituições, que opera para efetivar os direitos da criança.

PRIMEIRA INFÂNCIA

Os primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento da criança. Descuidar dessa fase é desperdiçar um enorme potencial humano. Por isso é importante priorizar e focalizar a criança nas ações sociais e políticas públicas do País, partindo de uma abordagem integral de seu desenvolvimento.

O Brasil já possui normas e leis que são claras. É hora de fazer valer os direitos para que a criança seja realmente reconhecida como cidadã. Esta é uma das formas de contribuir para a ruptura do ciclo de pobreza e exclusão social do País, abrindo caminho para um futuro mais digno e justo para todos.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 227:
"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, saúde, alimentação, educação, profissionalização, cultura, dignidade, liberdade, ao respeito, lazer, convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

UM BOM INVESTIMENTO

- Segundo o IBGE/PNAD, 42,2% das crianças brasileiras de zero a seis anos de idade vivem em famílias com renda inferior a meio salário mínimo *per capita*.
- Os investimentos na criança são mais eficientes e garantem retornos maiores do que qualquer outro investimento público ou privado (Unicef).
- Estudo norte-americano aponta que cada dólar aplicado em serviços integrais de desenvolvimento gera economia de sete dólares em gastos futuros nos sistemas de educação, saúde e bem-estar social.
- De acordo com o estudo do Ipea, crianças de baixa renda que participaram de um programa formal (creche, pré-escolas etc.) durante dois anos podem esperar uma renda pessoal 18% maior, quando adultas, em relação às crianças que não participaram de nenhum programa semelhante.